



Por entre rios e chão: migração e reconfiguração de identidades na História dos povos indígenas do Amapá

HIGOR RAILAN DE JESUS PEREIRA*

JACKELINE DUARTE DE FREITAS OLIVEIRA**

MARLOS VINÍCIUS GAMA DE MATOS***

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo caracterizar de que forma os indivíduos que hoje compõem as etnias indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Galibi Kali'na, Karipuna (localizadas no norte do estado do Amapá) e Wajãpi (a noroeste do Estado) chegaram onde estão e se constituíram no que são. Para tanto, pretende-se seguir, através de um estudo exploratório descritivo, baseado na bibliografia existente, os rastros sinalizados pelos pesquisadores que indicam os caminhos/trajetórias geográficas e históricas pelos quais percorreram estes grupos sociais do passado até o presente. A importância de se refletir sobre esses processos advém da necessidade de se compreender a formação histórica dos grupos na contemporaneidade. A hipótese é de que a migração se tornou elemento cotidiano na vida dos indígenas do Amapá e, ao mesmo tempo, moldou-se como tática de resistência e instrumento de reconfiguração de identidades.

Palavras-chave: migração, povos indígenas do Amapá, identidade.

ABSTRACT: This work aims to characterize how the individuals that today comprise the indigenous ethnicities Palikur, Galibi-Marworno, Galibi Kali'na, Karipuna (located in the north of the state of Amapá) and Wajãpi (northwest of the state) arrived where they are and constituted in what they are. For this, it is intended to follow, through a descriptive exploratory study, based on the existing bibliography, the traces flagged by the researchers indicating the paths/geographical and historical trajectories of which they pursued these social groups of the past even the present. The importance of reflecting on these processes stems from the necessity of understanding the historical formation of the groups at contemporary. The hypothesis is that migration became an everyday element in the life of the indigenous peoples of Amapá and at the same time molded itself as a tactic of resistance and instrument of reconfiguration of identities.

Keywords: migration, indigenous peoples of Amapá, identity.

*Graduando em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap)

**Graduanda em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap)

***Graduando em História pela Universidade Federal do Amapá (Unifap)

Introdução:

A história dos deslocamentos de populações indígenas na Amazônia, desde o período colonial, é uma história de luta. A hipótese é de que a migração se tornou elemento cotidiano na vida desses indivíduos, e, ao mesmo tempo, moldou-se como tática de resistência e instrumento de reconfiguração de identidades. Resistência porque o migrar era também o fugir para longe, para fora dos domínios do colonizador; reconfiguração de identidades porque o homem branco os forçou a abandonar sua terra, seus ancestrais sob o solo, seus lares e sua história, para irem se encontrar em outro espaço – por vezes sem alguém com quem compartilhassem alguma similaridade cultural como língua ou religiosidade – onde teriam seu dia-a-dia definido a partir das vontades de seu captor quando submetidos a trabalho compulsório por missionários ou colonos portugueses.

Partindo desse pressuposto, – o de que migrar, na história dos povos indígenas da Amazônia, é lutar/reconfigurar sua identidade – o objetivo deste trabalho é entender de que forma os indivíduos que hoje compõem as etnias indígenas Palikur, Galibi-Marworno, Galibi Kali'nã, Karipuna (localizadas no norte do Estado do Amapá) e Wajãpi (a noroeste do Estado) chegaram onde estão e se constituíram no que são. Para tanto, pretende-se seguir, através de um estudo exploratório descritivo baseado na bibliografia existente, os rastros sinalizados pelos pesquisadores que indicam os caminhos/ trajetórias geográficos e históricos pelos quais percorreram estes grupos sociais do passado até o presente. A pergunta a ser respondida, portanto, é: de que forma a interferência do homem branco transformou a realidade de etnias indígenas na região do Amapá, ao longo dos séculos, até torna-las o que são hoje?

A importância de se refletir sobre esses processos advém da necessidade de se compreender a formação histórica dos grupos que existem na contemporaneidade. Embora mantenham poucas semelhanças com seus ancestrais de séculos atrás, ainda há vestígios, dentro de suas cosmologias e atividades cotidianas, de aspectos culturais que se preservam sob novas roupagens, que dão pistas de como estes grupos se (re)constituíram ao longo da História. É o caso, por exemplo, da língua, característica que indica o contato entre diferentes grupos no passado que, neste contato – nem sempre espontâneo ou pacífico – formaram novas línguas que englobavam elementos das pertencentes aos diferentes grupos que se encontraram.

A bibliografia foi selecionada a partir da existência de informações que nos indicam as trajetórias históricas e geográficas das etnias que vivem hoje no estado do Amapá. A maior parte dos textos existentes são de antropólogos (CAPIBERIBE, 2007; VIDAL, 2000; TASSINARI, 2003; ARNAUD, 1984, 1969, 1966), que trabalham sobretudo com a oralidade. Contudo, muitas informações importantes foram extraídas de documentos antigos como relatos de viajantes/etnógrafos. A ideia foi, através dessa produção, reconstituir os processos históricos que culminaram na formação contemporânea das etnias Palikur, Galibi Marworno, Galibi Kali'nã, Karipuna e Wajãpi. A partir das informações extraídas dos textos, pretendeu-se construir mapas que ilustrem, parcialmente, tanto os processos migratórios quanto a ocupação territorial desses grupos na atualidade.

Índios no Cabo Norte no período colonial:

A região que outrora foi conhecida como Cabo Norte, atual estado do Amapá, foi fortemente cobiçada por europeus durante séculos. Ingleses, franceses e holandeses chegaram a construir fortificações e/ou estabelecer alianças mercantis com os habitantes ameríndios neste espaço, antes que Portugal decidisse por militarizá-lo e povoá-lo para garantir sua hegemonia no século XVIII.

O comércio entre holandeses e índios do Amapá relatado por Lodewijk Huslman (2011) indica que o território era densamente ocupado nos princípios do século XVII. Os indígenas mantinham relações de comércio com europeus de forma autônoma, trocando objetos de metal, contas de vidro e outros utensílios manufaturados europeus por tabaco, madeira e urucum, matérias-primas altamente valiosas na Europa. Os portugueses, não contentes, tornaram-se hostis aos povos que ousaram manter relações mercantis com outros europeus que não eles próprios. Assim, iniciaram ofensivas com ataques a navios holandeses e extermínio de populações que permanecessem comercializando.

Ainda neste período, missionários, principalmente jesuítas, se estabeleceram na região amazônica e fundaram aldeamentos (conhecidos por missões) em que a mão-de-obra indígena foi amplamente utilizada. A historiadora Cecília Bastos (1998) argumenta que, de caráter compulsório, o trabalho indígena tornou-se uma saída para dar fins econômicos a uma região que parecia hostil aos portugueses, devido ao seu ecossistema pouco conhecido. Somado a

isso, o fato da mão-de-obra escrava africana ser muito cara favoreceu a opção pela utilização da indígena.

Ainda segundo Bastos (1998), as formas de organização do trabalho indígena, tanto no período em que os missionários detinham o seu controle, quanto no período em que este passou às mãos do Estado português¹ foram determinantes para a desestruturação de suas culturas. Era proibido expressar religiosidades, falar suas próprias línguas ou praticar a nudez; as moradias deveriam ser construídas “à imitação da dos brancos” (BASTOS, 1998, p.125) e eram favorecidos os casamentos entre portugueses e índios.

No sistema de corporações estabelecido pelo diretório, os índios eram convertidos à “vassalos do rei”. Isso implicava que, na teoria, estavam na condição de colonos de Portugal e por isso eram livres. Na prática, entretanto, foram submetidos a trabalho compulsório. Dentro disso, as autoridades portuguesas criaram inúmeras estratégias que vieram a corroborar ainda mais para a deterioração das identidades étnicas: as corporações dividiam os indígenas em “mudas”, constituídas preferencialmente por indígenas advindos de etnias e lugares diferentes. Os índios eram enviados para determinados locais onde trabalhariam por um tempo limitado, havendo rodízios periódicos que novamente “misturavam” esses indivíduos com o intuito de que não se criassem relações de aliança e solidariedade entre eles, pois isto contribuiria para fugas e rebeliões.

Como foi visto, a entrada dos colonizadores na Amazônia foi elemento crucial nas transformações pelas quais as populações indígenas viriam a passar ao longo dos séculos. Mesmo com o fim do diretório, em 1798, o homem branco continuou a manter uma relação de opressão sobre esses povos, forçando-os a migrar cada vez para mais longe, chegando até onde estão hoje: majoritariamente ocupando áreas de fronteiras nacionais. A luta desses povos, na contemporaneidade, não é mais contra a sua escravização/submissão ao trabalho compulsório, mas sim para manter seus territórios e sobreviver diante de conflitos. Inúmeros massacres promovidos por fazendeiros e latifundiários aconteceram ao longo do século XX

¹ A partir do estabelecimento do Diretório geral dos índios, em 1757, que veio corroborar com a Lei de liberdade dos índios de 1755. Com essa legislação, a coroa portuguesa tomou para si o poder temporal e espiritual dos missionários sobre as populações indígenas.

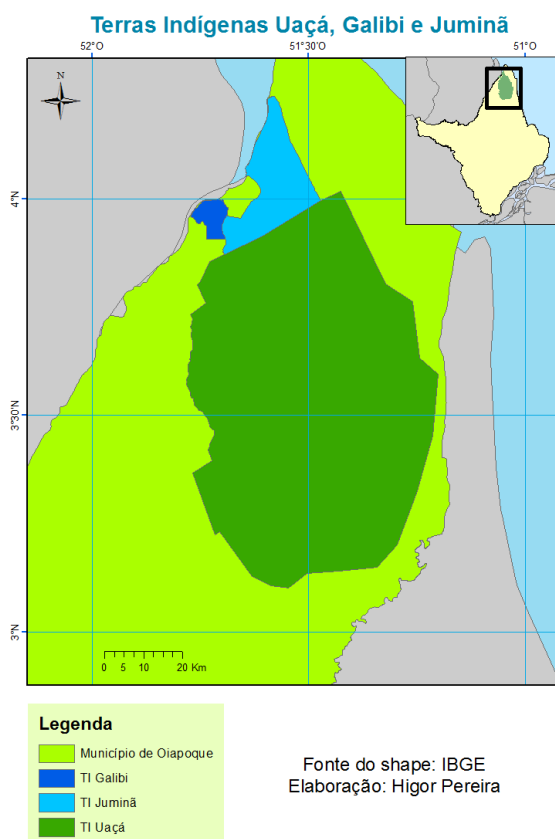


motivados por disputas de terra, o que nos diz que quase nada mudou do período colonial até os dias de hoje.

A seguir, iremos discutir sobre como as etnias indígenas do Amapá tornaram-se o que são hoje, considerando quais caminhos percorreram, quem as constituiu e como suas identidades foram cotidianamente reformuladas do passado ao presente.

Uaçá: migração e “fusão” no extremo norte do Amapá

No extremo norte do estado do Amapá, fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, vivem atualmente quatro diferentes etnias indígenas, sendo elas: Palikur, Galibi Marworno, Karipuna (nas TI's Uaçá e Juminã) e Galibi Kali'ña (na TI Galibi). O mapa 01 destaca as três Terras indígenas do município de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.



Mapa 01: Terras indígenas no Oiapoque.

A geografia do Uaçá é descrita por Artionka Capiberibe (2007) como “uma sucessão de painéis verdes de encher os olhos” (CAPIBERIBE, 2007, p.39). Os três rios (Urukauá, Curipi e Uaçá, este último o maior deles) alimentam os índios e também sua imaginação. A cosmologia dos povos indígenas da região está ligada aos rios, animais e demais marcos geográficos como o Monte Tipoca e o Cajari.

O que se percebe, por meio da leitura da bibliografia, é que os ecossistemas que compõem o vale do Uaçá são extremamente propícios para o estabelecimento da vida humana nos moldes em que as culturas indígenas exigem: os rios tornam-se as vias pelas quais transitam, além de fertilizarem a terra e fornecerem os alimentos através da abundância de peixes variados, sendo que a fauna terrestre tampouco deixa de ter variedade e quantidade de animais.

A região do Vale do Uaçá foi constantemente descrita por viajantes, etnógrafos, missionários e agentes do estado ao longo dos séculos. Nestes relatos, diversos povos

indígenas foram mencionados e descritos, o que indica uma grande densidade e diversidade populacional habitando o espaço mesmo antes do período colonial, fato comprovado pelos vestígios arqueológicos que são constantemente encontrados na região. Em 1596, Laurence de Keymes, navegador inglês, realizou uma expedição à *região das guianas*, descrevendo, no seu relato: rios, produtos e etnias indígenas. Keymes assinalou “a presença de doze nações indígenas, cujos membros não possuíam maldades” (ARNAUD, 1984, p.12), completando que “a parte da região situada ao norte do rio Oiapoque (ou Vicente Pinzon) era então ocupada por índios Karib e a situada ao sul por índios Aruak” (ARNAUD, 1984, 12).

A antropóloga Antonella Tassinari (2003) enfatiza que a história da região da bacia do Uaçá é marcada pelo contato interétnico desde o princípio do período colonial, dele advindo a formação dos povos indígenas que atualmente ocupam aquele espaço. Nas palavras da autora:

[...] no palco comum do Baixo Oiapoque, diversas etnias indígenas, pertencentes aos troncos linguísticos Aruák, Karíb e Tupi, desde o século XVI conheceram o contato com os europeus (...). Nesse processo, ao qual nos séculos subsequentes, uniram-se populações negras refugiadas ou alforriadas, bem como grupos indígenas foragidos de perseguições, algumas etnias indígenas desapareceram, outras fundiram-se ou foram incorporadas em grupos maiores, outras ainda se formaram, processos que geraram os atuais povos indígenas do Uaçá. (TASSINARI, 2003, p.82)

Sabe-se que a língua é um importante marcador identitário, o que nos possibilita compreender essas “fusões” descritas pela autora, ocorridas nos contextos de contato entre os mais diversos grupos étnicos que circularam na região. As línguas dos atuais povos indígenas do Oiapoque advêm dos troncos linguísticos Arawak e Carib, isto indica que as doze nações descritas por Keymes acabaram por constituir (junto a outros grupos, descritos por Tassinari) os denominados “povos indígenas do Oiapoque”.

Os indígenas Palikur foram descritos pela primeira vez em 1513 pelo navegador espanhol Vicente Pinzon. Na ocasião, Pinzon descreveu a região acima da foz do Rio Amazonas como sendo



Mapa 02: migração Palikur

a “província Paricura”, em alusão a densidade demográfica desta etnia naquele espaço. Nota-se que, nos princípios do século XVI, os Palikur, além de extremamente numerosos, habitavam a região que hoje corresponde a cidade de Macapá e municípios vizinhos, distantes aproximadamente 590km de Oiapoque.

Capiberibe (2007) argumenta que os Palikur estavam extremamente envolvidos em atividades mercantis com europeus, chegando ao ponto de serem considerados “inimigos” dos colonos portugueses do Grão-Pará. Sabe-se que, devido a hostilidade dos portugueses em relação aos indígenas que praticassem comércio com outros europeus (já descrita neste texto), os Palikur acabaram por migrar rumo ao norte para a região do contestado França-Portugal/Brasil, onde o domínio português mostrava-se enfraquecido e eles poderiam continuar comerciando. A presença dos Palikur no rio Urucauá (onde vivem atualmente) é mencionada apenas no século XIX (ARNAUD, 1969, p.01). O mapa 02 ilustra, de forma aproximada, os pontos em que foram descritos pela primeira vez, em 1513 (foz do Rio Amazonas) e onde vivem atualmente no Brasil, na Terra Indígena Uaçá, no Oiapoque.

Expedito Arnaud (1969) tenta reconstruir o passado dos Galibi-Marworno, grupo etnicamente heterogêneo. Segundo o autor:

Os Galibí [Marworno] não possuem mais nenhuma afinidade com os índios de igual denominação existentes no Suriname, Guiana Francesa e margem direita do baixo Oiapoque. Foram formados basicamente, pela junção de elementos dessa unidade *Karib* com Maraón e Aruán, provavelmente *Aruak*, havendo também influído em sua constituição Sakáka, Itután, negros da Guiana Francesa (crioulos), chineses, árabes e europeus. (ARNAUD, 1969, p. 1-2)

Outra etnia que se tem dificuldades de se precisar sua construção é a Karipuna devido também a sua heterogeneidade. Expedito Arnaud (1969) fez uma breve descrição desse grupo, a partir de relatos orais colhidos junto a eles e em relatos de viajantes/etnógrafos:

Os Karipúna, conforme eles próprios relatam, foram originados por elementos que falavam a língua geral da Amazônia (Tupi), imigrados do estreito de Breves (Pará) em consequência da revolução da Cabanagem ocorrida na década de 1830. Inicialmente, estabeleceram-se no rio Ouanari (Guiana Francesa), havendo logo em seguida atravessado para a margem direita do Oiapoque indo habitar no alto Curipi. Porém, tendo sido vítimas de uma epidemia de sarampo que lhes causou grande mortandade, mudaram-se para o curso médio do último rio onde ainda hoje se encontram. De igual modo como ocorrera na formação do grupo do Uaçá [os Galibi Marworno], vieram se introduzir entre eles indivíduos de várias origens, como sejam, Palikúr, Galibí, crioulos, árabes, chineses, europeus e brasileiros. (ARNAUD, 1969, p.2-3)

Antonella Tassinari (2003), no seu profundo trabalho etnográfico sobre esta população, discorda parcialmente de Expedito Arnaud quanto a origem desse povo. A antropóloga trabalha a partir de documentos que relatam o etnônimo *Karipuna*, que segundo ela, foi mencionado na região do Oiapoque desde o século XVII, através de denominações como *Caripous*, *Garipons*, *Cachipoux*, *Caripounes* e *Calipourns* (TASSINARI, 2003, p.111), entretanto, isto embasa sua hipótese de que os atuais Karipuna têm origem heterogênea, sendo necessário separar o etnônimo da população, a fim de que não se perda a diversidade de suas trajetórias de vida.

A partir da discussão feita acima, é possível fazer algumas ponderações: 1- Os povos indígenas da bacia do Uaçá, que vivem em/e controlam os três principais rios da região (Uaçá, Curipi e Urucauá), possuem uma constituição heterogênea, fruto de um intenso contato interétnico – nem sempre espontâneo ou pacífico – causado pela entrada do homem branco com sua frente de expansão colonizadora; 2- aspectos culturais como a língua tornam-se importantes marcadores identitários; 3- os processos migratórios aconteceram em diferentes épocas e por diferentes razões, não se podendo afirmar veementemente de que forma se deram, apenas especular a partir da análise de documentos antigos, vestígios arqueológicos e tradição oral dos atuais grupos indígenas.

Galibi Kali'nã: um caso à parte

Diferentemente das três etnias mencionadas acima que ocupam o norte do estado do Amapá, a migração Galibi Kali'nã para a região do Oiapoque não se deu durante o período colonial, tampouco pela pressão dos brancos. A antropóloga Lux Vidal (2000) escreveu, a partir de uma entrevista com Gérard Lod (chefe dos Kali'nã, principal responsável pela migração), sobre os motivos pelos quais um pequeno grupo de 38 pessoas decidiu largar sua terra e seu povo rumo ao sul, em direção ao Brasil:

Segundo o sr. Lod, havia uma outra razão que era, naquela época, poder realizar um sonho de infância, a vontade de viver em um lugar que, na escola, lhe havia sido descrito como "*Le Pays des vrais Indiens*" por um professor francês. Numa outra ocasião Lod me contou que um gigante canibal, muito presente nas narrativas Galibi-Kali'nã, teria fugido para o sul, em direção ao Brasil, e seria interessante saber por onde ele andava e que fim teria levado. Finalmente, não estava satisfeito com o sistema de educação desenvolvido junto aos índios na Guiana, mais um motivo para migrar. (VIDAL, 2000, p.43)

ANAIS DO III ENCONTRO DE DISCENTES DE HISTÓRIA DA UNIFAP
22, 23, 24 e 25 de agosto de 2017
Macapá, Ap

Vidal (2000) argumenta que, no decorrer dos anos, a narrativa sobre essa migração sofreu alterações. A autora acredita na tese de que a real razão que os levou a migrar foi um grave desentendimento familiar, sendo que os outros motivos vieram para somar a este principal.

Em 1966, Expedito Arnaud reforçou esta motivação, ao afirmar que:

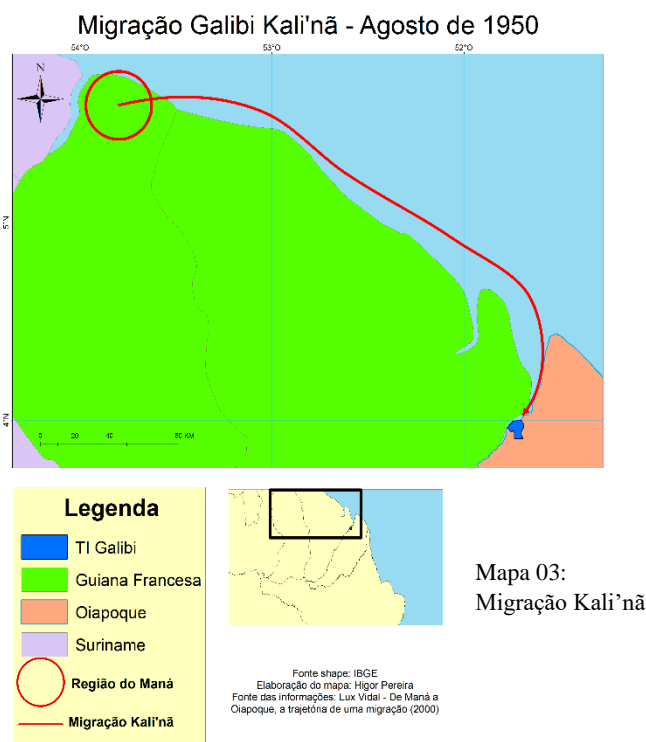
(...) habitavam na aldeia *Kuaxi* “couachi” (Hurault, 1963:2), localizada no estuário do rio Maná, de onde, em agosto de 1950, emigraram para o território brasileiro, em consequência de dissensões internas ligadas ao xamanismo tribal, conforme esclareceram. (ARNAUD, 1966, p.4)

O caminho percorrido pelo pequeno grupo ainda está enraizado na memória daqueles que participaram da travessia (como Gérard Lod) e também dos que não participaram, mas receberam essa memória através dos mais velhos, algo que é construído e reconstruído coletivamente no cotidiano desses indígenas.

A precedência dos Kali'nã brasileiros, na região do Maná, na Guiana Francesa (mapa

9

03), é um aspecto importantíssimo para entendermos as diferenças entre este grupo e os demais que vivem no Oiapoque. Na Guiana, a relação entre os indígenas e brancos se deu de forma diferente do Brasil ao longo do tempo. Por exemplo, o uso de línguas indígenas sempre foi combatido pelas autoridades portuguesas/brasileiras, enquanto que no departamento francês o seu uso era permitido dentro das escolas (em contrapartida, o uso do *patois* era veementemente proibido) junto ao francês. Vidal (2000) explica isso destacando o papel da língua nas questões identitárias e de alteridade em relação aos demais povos indígenas da região:



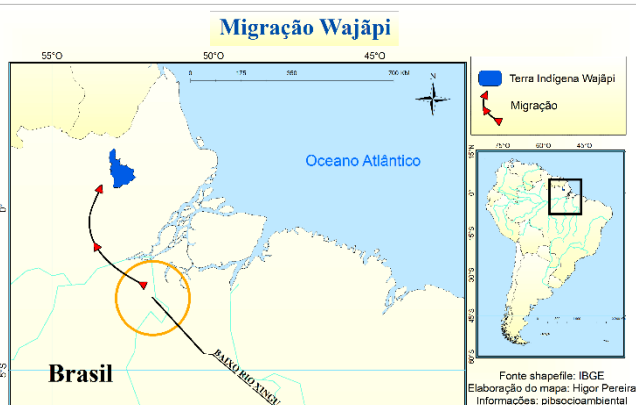
Comparando com os Karipuna e Galibi-Marworno, eles se consideram índios verdadeiros, assim como os Palikur, por falarem uma língua indígena. Por exemplo, questionam o fato de *patois*, que eles também falam, ser considerado uma língua “nativa” pelos índios da região. Lembram, até hoje, que na escola de freiras de Saint

Joseph de Cluny, na Guiana Francesa, quem falava o *patois* recebia um castigo. Apenas as línguas indígenas e o francês eram permitidos. (VIDAL, 2000, p.45)

Wajãpi: uma História de fuga?

Em diferentes pontos do território, ainda é possível encontrar povos indígenas que, todavia, prosseguem na fuga coletiva em direção às cabeceiras dos grandes rios e em direção ao Norte para escapar da violência e do terror da Conquista do século XVI, que para eles, de certo modo, continua. Ai estão os Waiãpi na lenta fuga, de séculos, desde o Brasil central, já próximos a Guiana Francesa. (MARTINS, p.660)

Com uma trajetória extremamente diferente das etnias do Oiapoque, os indígenas da etnia Wajãpi, no Brasil, habitam o noroeste do Estado do Amapá, na Terra Indígena Wajãpi (demarcada e homologada desde 1996). O seu local de origem é a região do Baixo Rio Xingu (mapa 04),



Mapa 04

A bibliografia sobre os Wajãpi se debruça sobretudo na análise da arte gráfica Kusiwa (SILVA, 2014; GALLOIS, 2002), o que dificulta a identificação da trajetória de migração dessa etnia. O tronco linguístico *tupi*, entretanto, indica que não são naturais da região que ocupam atualmente

Expedito Arnaud (1971) tenta relacionar os Wajãpi com um grupo que, “munidos de armas de

fogo, atuavam no século XVIII a soldo dos portugueses como preadores de escravos, sobretudo no âmbito dos grupos *Karib*” (ARNAUD, 1971, p.3). Porém, não encontramos em outros textos referências sobre essa conexão entre os Wajãpi com esses indígenas citados pelo autor. O mesmo defende que os “Oyampik” vivem na região desde o século XVIII, ocupando as margens do rio Oiapoque. Silva (2014), por outro lado, argumenta que os Wajãpi são os mesmos citados no Baixo Xingu no século XVII como *Guaiapi*. Percebe-se que não há um consenso sobre a migração desse grupo, apenas suposições.

Conclusão

Para se compreender os movimentos populacionais dos povos indígenas na Amazônia deve-se, antes de tudo, ter em mente que as identidades e culturas desses grupos estão em

constante trânsito. Não é apenas o espaço que muda: muda-se também o próprio sujeito. Estas modificações não advêm somente da adaptabilidade ao novo espaço, mas sobretudo dos contatos interétnicos que se estabelecem no decorrer desses movimentos.

Os povos indígenas do Amapá mantêm entre si marcadores culturais que os diferenciam: a língua, a religiosidade e as trajetórias históricas que os levaram até os espaços que ocupam. Essas características evidenciam os constantes contatos em que foram submetidos ao longo dos séculos e, nos dias atuais, são importantes nas interações interétnicas, que acontecem com frequência em espaços como escolas e ambientes políticos.

A experiência dos cinco povos indígenas citados neste texto serve para entendermos as distintas movimentações que se estabeleceram nesse espaço apenas a partir do período colonial. Vestígios arqueológicos, entretanto, indicam uma profunda rede de contatos construída desde muito antes da chegada dos europeus na região. Inúmeros imigrantes, bem como emigrantes, passaram/se estabeleceram nas *terras do Cabo Norte*. O que se pode dizer, com certeza, é que a cultura desses grupos é extremamente mutável: não são hoje o que foram no passado e tampouco serão no futuro o que são hoje.

Referências bibliográficas:

ARNAUD, Expedito. “Os índios Palikúr do rio Urucauá: tradição tribal e protestantismo”. **Publicações avulsas do Museu paraense Emílio Goeldi**. N.48, Belém, 82pp, 1984.

ARNAUD, Expedito. O xamanismo entre os índios da região Uaçá (Oiapoque-território do Amapá). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: nova série antropologia**, 1970.

ARNAUD, Expedito. **Os índios Galibí do rio Oiapoque**: tradição e mudança. 1966.

ARNAUD, Expedito. **Os índios da região do Uaçá (Oiapoque e a proteção oficial brasileira)**. Conselho nacional de pesquisas, Instituto nacional de pesquisas da Amazônia, Museu paraense Emílio Goeldi, 1969.

ARNAUD, Expedito. **Os índios Oyampik e Emerilon (Rio Oiapoque): referências sobre o passado e o presente**. 1971.

BASTOS, C. M. C. B. Índios das Corporações: Trabalho Compulsório no Grão-Pará no Século XVIII. In: Rosa Elizabeth Acevedo Marin. (org.). **A escrita da História paraense**. 1ªed.belém: Naea/Ufpa, 1998, p. 115-137.

CAPIBERIBE, Artionka. **Batismo de fogo: os Palikur e o Cristianismo**. Annablume, 2007.

GALLOIS, Dominique. Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá-Brasil. **Boletim do Museu do índio**, v. 9, p. 5-67, 2002.

HULSMAN, Lodewijk. Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615). In. **Revista Estudos Amazônicos**. vol. VI, nº 1 (2011), pp. 178-202.

SILVA, GIOVANI JOSÉ DA. História e Antropologia nas fronteiras do extremo norte do Brasil: o patrimônio cultural dos Wajãpi e uma reflexão sobre as artes indígenas. **Antíteses (Londrina)**, v. 7, p. 282-300, 2014.

JOSÉ DA SILVA, G. Índios na história e nas fronteiras do Brasil: perspectivas comparadas entre Amapá e Mato Grosso do Sul. **Fronteiras - Revista de História**, v. 17, p. 180-201, 2015.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá**. Edusp, 2003.

VIDAL, Lux. Outros viajantes. A trajetória de uma migração. **Revista USP**, n. 46, p. 42-51, 2000.

VIDAL, Lux. A presença do invisível na vida cotidiana e ritual dos povos indígenas do Oiapoque: o contexto de uma exposição. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 4, p. 45-47, 2008.